

A HISTORIOGRAFIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE ACERCA DA ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE¹

Bruna Rafaela de Lima²

A historiografia clássica brasileira do século XX preocupou-se, majoritariamente, com o caráter da atuação política dos jesuítas, ora condenando-os como “destruidores de almas”, ora exaltando-os como “heróis”. De um lado, partindo de um posicionamento maniqueísta em que o índio era o “bom selvagem” e o homem branco o “vilão”, os jesuítas foram julgados negativamente por alguns desses estudiosos, os quais advogavam que os missionários dizimaram a cultura indígena³. Por outro lado, a maioria desses estudiosos defendia a importância que os missionários tiveram na colonização, ressaltando o seu caráter de herói abnegado e de construtor da cultura luso-brasileira colonial⁴. Analisando esta visão dicotômica da historiografia clássica brasileira, nos propomos a pesquisar como a historiografia clássica norte-riograndense discutiu a presença jesuítica na Capitania do Rio Grande. Em uma avaliação preliminar feita em livros introdutórios e didáticos, pudemos verificar o papel relevante dado aos missionários na conquista da Capitania do Rio Grande, uma vez que teriam atuado pessoalmente nos “acordos de paz”⁵ com os Potiguara, sendo os mediadores entre os colonizadores e os índios na conquista das terras para os colonos, reduzindo os índios sobreviventes às missões, e na catequização dos nativos, fazendo com que estes aceitassem a colonização.

Diante desse quadro sobre a ação missionária na América Portuguesa, e mais especificamente na Capitania do Rio Grande, surgiu o interesse de verificar como a historiografia clássica norte-riograndense trabalhou a questão, analisando a historiografia produzida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Por essa historiografia clássica entendemos, conforme Denise Monteiro, que se trata de uma corrente historiográfica que serve de matriz para a historiografia posterior a ela, seja erudita ou acadêmica, sendo parte desta a que foi iniciada e fundamentada por Tavares de Lira,

¹ Pesquisa desenvolvida sob a orientação da Prof^a Dra. Fátima Martins Lopes (DH-UFRN). Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Cultura Histórica e Linguagens Historiográficas”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ Ver mais em FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**, 2002.

⁴ RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**. A leitura que esse autor propõe da empresa jesuítica corrobora o discurso do Padre Serafim Leite em sua obra **História da Companhia de Jesus no Brasil**.

⁵ Eram acordos que tratavam dos entendimentos entre o Mundo Ocidental Cristão e os índios, sendo um dos instrumentos de subordinação indígena diante da Coroa Portuguesa, face à necessidade premente, por parte da política metropolitana, de colonização das áreas do litoral da colônia na América com finalidades geopolíticas e geoestratégicas. Ver mais em. RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**, 1996 e, no contexto da Capitania do Rio Grande, MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Celebração das pazes entre portugueses e potiguares**. In: _____. **Terra Natalense**, 1991.

Rocha Pombo e Câmara Cascudo⁶. Desta forma, escolhemos os trabalhos-sínteses (*Historia do rio Grande do Norte*) de Augusto Tavares de Lira e Luis da Câmara Cascudo, cujas obras são referência para a historiografia do Rio Grande do Norte, e que, por causa disso, foram escolhidas para a análise proposta. Naturais do Rio Grande do Norte, ambos os autores foram ligados às elites políticas locais e propuseram-se a escrever uma história-síntese do Estado.

Augusto Tavares de Lira (1872-1958) foi um político oligarca e intelectual atuante que exerceu vários cargos políticos-administrativos no Estado do Rio Grande do Norte ⁷ e no Governo Federal, como Ministro, Governador do Estado, Deputado Federal, entre outros, sendo um dos empreendedores da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Escreveu inúmeros estudos sobre aspectos sociais, políticos e econômicos do Rio Grande do Norte e o somatório desses trabalhos resultou na que é considerada sua obra clássica: a *História do Rio Grande do Norte*, de 1921. Esta obra, que escolhemos para realizar nosso estudo, foi publicada por ocasião das comemorações do centenário da Independência do Brasil, expressando o sentimento nacionalista tão comum nos Institutos Históricos entre meados do século XIX e início do século XX.

Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), intelectual ilustre do Estado do Rio Grande do Norte, considerado um dos maiores folcloristas do Brasil, fundou em 1940 o Centro de Folclore do Estado. Apesar de não ter sido um dos fundadores, como Tavares de Lira, Cascudo era um dos membros mais atuantes no IHGRN, produzindo muitos estudos que fizeram parte das publicações dessa instituição, sendo bastante homenageado pelo Instituto em vida e depois de sua morte. Atuou na política partidária do Rio Grande do Norte de forma indireta e escreveu inúmeras obras nas mais variadas áreas, sendo o seu *História do Rio Grande do Norte*, de 1955, o livro escolhido para analisarmos.

Na tentativa de apresentar e discutir os caminhos de uma paisagem de pesquisa, o presente estudo lança duas hipóteses: a primeira é que a ação missionária jesuítica na Capitania do Rio Grande foi analisada pelo discurso historiográfico de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo inserida em uma preocupação da construção de uma história regional, ou seja, tanto um quanto o outro estavam preocupados em sintetizar a história do Estado e, sendo assim, a atuação dos Inacianos na Capitania apenas foi pontuada como participante do processo de conquista, atuando como a responsável pelo apaziguamento das relações entre nativos e colonos. Tal posicionamento está de acordo com a postura da historiografia clássica brasileira difundida a partir do século XIX que, ao se preocupar com o caráter

⁶ Conforme. TAKEYA, Denise Monteiro. **História do Rio Grande do Norte**: questões metodológicas - historiografia e história regional, p.8-11, jul. /dez. 1994.

⁵ Durante a Oligarquia Albuquerque Maranhão, teve importante prestígio. Ver mais em MONTEIRO Denise Mattos. **Introdução a História do Rio Grande do Norte**, 2002.

político mediador dos jesuítas no processo de colonização, filiavam-se às correntes que defendem os missionários com o seu caráter de “heróis” abnegados⁸.

A segunda hipótese seria a que as produções históricas de Augusto Tavares de Lyra e Luís da Câmara Cascudo, estando ligadas ao IHGRN, se vinculavam ao contexto da produção de uma historiografia preocupada com a consolidação da Nação Brasileira, com a busca pela constituição de uma identidade nacional e também com a construção de um panteão de heróis da Pátria. Sendo assim, esses autores não estavam preocupados em analisar a atuação dos missionários, revelando seus significados conflitantes. Eles estavam vinculados a uma tradição historiográfica nacional preocupada em narrar a atuação dos jesuítas como personagens essenciais na conquista da Capitania e na “civilização” dos nativos. Fundamentando tal hipótese temos em vista que o período da produção dos autores mencionados coincide com a primeira metade do século XX, mais especificamente entre as décadas de 1920 e 1950, período que foi marcado pela busca de uma identidade nacional e também de uma identidade regional e local na historiografia⁹.

Para os autores citados, as atividades de conversão desenvolvidas pelos Inacianos na Capitania do Rio Grande foram de fundamental importância, sendo geralmente os missionários jesuítas associados ao desbravamento da terra e, principalmente, às transformações dos costumes e hábitos da população nativa, elementos imprescindíveis à idéia de formação de uma nação cristianizada e, portanto, “civilizada”. Foram estas atividades “civilizadoras” e heróicas que estiveram sempre associadas à capacidade intelectual dos Inacianos, por amenizarem as relações de dominação no processo de conquista, intermediando a relação entre nativos e colonos. Este “olhar” da historiografia clássica potiguar construiu o papel relevante dado à ação jesuítica na efetivação da colonização e na conquista da Capitania.

Visando pesquisar como a presença jesuítica foi trabalhada pelos autores acima citados, nos interessa, partindo da problematização feita por Michel de Certeau¹⁰, investigar a maneira pela qual Luís da Câmara Cascudo e Augusto Tavares de Lira construíram as suas produções históricas no panorama da História do Rio Grande do Norte: qual o lugar de produção dessa “história”, tendo em vista o contexto em que foi produzida; qual o lugar dos sujeitos-historiadores que a escreveram, dando ênfase aos fundamentos epistemológicos que os nortearam e, por último, compreender quais as relações de poder inscritas e prescritas por esses corpos escritos.

A partir do objetivo que temos - problematizar e entender os caminhos pelos quais se produziu uma leitura da atuação jesuítica na Capitania do Rio Grande nos livros de Augusto

⁸ Conforme LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 1938.

⁹ Conforme DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira*: do IGHB aos anos 1930, p.23-36, 1998.

¹⁰ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: __. *A Escrita da História*, 2002.

Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo - o projeto aqui proposto se inscreve na perspectiva da análise de uma cultura historiográfica tradicional.

Para realizar tal análise, temos como suporte teórico à obra de Michel de Certeau, em seu *A Escrita da História*, onde se posiciona quanto ao que é a história, o que é fazer história e o que é historiografia. Entendendo a história como prática e o seu resultado sendo o discurso, Certeau afirma que a relação entre ambos é uma produção e que o real que se inscreve num discurso historiográfico provém das determinações de um lugar ocupado pelo autor. Sendo assim, propõe um exercício de análise que chamou de “Operação Historiográfica”, que irá permitir o entendimento do lugar da produção dos autores, como também a compreensão dos procedimentos utilizados no “fazer história” e o significado do texto escrito pelos historiadores, isto é, da historiografia. Segundo Certeau, “o fazer história” se apóia num poder onde história e política giram em torno de um lugar criado a partir das relações de poder e saber vivida pelos sujeitos–historiadores. É baseada nessa concepção da relação entre história, prática e lugar que iremos desenvolver nosso estudo.

Os enunciados teóricos utilizados por Certeau em seu texto “A Operação Historiográfica”, afirmam a importância da análise da escrita da história na resolução de problemas da pesquisa em história e faz referência a análise do lugar social de produção do discurso historiográfico. É essa fonte de inspiração teórica, que nos dá suporte para perceber como Tavares de Lira e Câmara Cascudo entendiam a História, pois propõe entender a escrita da história a partir da análise de uma produção que ocorre num determinado lugar, com determinados procedimentos, construindo diferentes textos. Conforme ele nos deixa evidente:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática”. Nessa perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma *escrita*¹¹.

Sendo assim, a história, para ele, firma-se como uma produção de determinados sujeitos com interesses distintos e construções particulares, visto que a escrita se configura como uma possibilidade de leitura e interpretação. Assim a história se consolida como uma prática, uma escrita.

Na tentativa de entender o discurso contido nas produções citadas, também utilizaremos Michel Foucault. Partimos da noção desse autor de que tudo é prática: os textos, os enunciados, o falar e o ver obedecem e estão amarradas a relações de poder que as opõem

¹¹Op. cit. p. 66.

e que as atualizam, pois conforme Foucault todo discurso é intencional e se dirige a alguém¹². Sendo o discurso entendido como uma prática que sistematicamente forma os objetos de que fala, vamos utilizar tal conceito para dentro dessa lógica buscarmos entender a produção de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo quanto à atuação dos Inacianos na Capitania do Rio Grande, uma vez que a imagem que eles constroem dessa atuação pode nos enviar ao posicionamento desses autores em relação ao debate sobre o processo de colonização da América Portuguesa e do Rio Grande.

Portanto, estamos nos apoiando em Foucault como inspiração teórica, tentando entender o discurso historiográfico produzido por Tavares de Lira e Câmara Cascudo sobre a atuação missionária jesuítica na Capitania do Rio Grande, buscando demonstrar a qual corrente historiográfica esse discurso está filiado e a intenção com que foi produzido, pois segundo Foucault todo discurso é intencional e obedece a um interesse. Como ele nos deixa evidente ao dizer:

Seria absurdo, claro, negar a existência do indivíduo que escreve e que inventa. Mas eu penso – e isto pelo menos a partir de uma época – que o indivíduo que começa a escrever um texto, no horizonte do qual gira uma obra possível, retoma a sua conta à função do autor: o que escreve e o que não escreve, o que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, aquilo que ele deixa e que cai como as palavras do dia-a-dia, todo esse jogo de diferenças é prescrito pela função autor, tal como ele a recebe da sua época, ou tal como, por sua vez, a modifica. Pois ele pode muito bem perturbar a imagem tradicional que se tem do autor; é a partir de uma nova posição do autor que ele recortará em tudo aquilo que ele teria podido dizer em tudo aquilo que ele diz todos os dias, a todo o instante, o perfil ainda oscilante da sua obra¹³.

A partir dessas bases teóricas, pretende-se alcançar o nosso objetivo de entender como foi produzida a história acerca dos Jesuítas na Capitania do Rio Grande nas produções de Tavares de Lira e Câmara Cascudo, colaborando para a compreensão dos discursos produzidos por tais autores.

Autores como José Carlos Reis, em seu livro *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, e Angela de Castro Gomes, em *História e Historiadores*, se ocupam com a produção da História do Brasil a partir dos lugares e sujeitos, ou seja, ratificam a importância da análise do lugar social, da época e da pessoa do autor nos resultados das produções históricas. Por isso são importantes referenciais historiográficos para nosso trabalho na medida em que corroboram nossas hipóteses de pesquisa centradas na identificação do lugar social de Augusto Tavares de Lira e Luís da Câmara Cascudo e das suas produções históricas do Rio Grande do Norte no que se referem à presença dos jesuítas na Capitania. Como resultados iniciais, a partir das leituras já realizadas para entender e qualificar o lugar de produção da historiografia construída pelo IHGRN, percebemos que os interesses e

¹² FOUCAULT, Michel. *Ordem do Discurso*, 2001.

¹³ FOUCAULT, Michel. *Ordem do Discurso*, 2001.

objetivos defendidos pelo Instituto local não eram diferentes dos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁴. As idéias trabalhadas pela historiografia ligada ao IHGRN, da qual faziam parte os autores por nós estudados, são idéias inseridas no contexto da historiografia do século XIX e início do século XX e, por serem fruto desse pensamento, preocupadas com a (re)afirmação do sentimento de identidade nacional, produzindo uma escrita voltada para a construção e fortalecimento da Nação.

As funções que o IHGRN desempenhava, assim, eram movidas pelo interesse de organizar e sistematizar a história local, conforme determinava um dos artigos do Estatuto de Fundação da agremiação: “O IHGRN tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencente à história, geographia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e á língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil¹⁵”. Com isso, esse agrupamento de pesquisadores, integrados a um mesmo propósito, contribuiu com a organização e produção de uma história local¹⁶, nos moldes da que era feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com relação ao território nacional¹⁷, além de se notabilizar pela tarefa de salvaguarda da documentação manuscrita e impressa do Estado, com a finalidade de preservação da memória local.

Fontes e Bibliografia

FONTES

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1982.

BIBLIOGRAFIA

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COSTA, Fernando Hippolyto da. A fundação do Instituto – 1902. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 79 - 80, p. 9-75, 1987-1988.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: do IGHB aos anos 1930**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Disponível em <<http://www.ciberfil.hpg.ig.com.br>>. Acesso em 24 nov. 2005.

FREYRE, Gilberto, **Casa Grande & Senzala**. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹⁴ Ver mais em. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**, p. 5-27, 1988.

¹⁵ Estatuto de Fundação do IHGRN citado por MENEZES, Karla. **O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907**. jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997, p. 42.

¹⁶ Segundo COSTA, Fernando Hippolyto da. **A fundação do instituto – 1902**, p. 60-65, o tema inicial em torno do qual se reuniram os membros do IHGRN foi a chamada “Questão de Grossos”, relacionada à disputa de territórios fronteiriços entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Tema esse que, junto à relação dos capitães-mores e governadores do estado, os índios célebres no contexto histórico do Rio Grande e o domínio holandês compuseram o rol de assuntos explorados nos cinco primeiros volumes da revista da instituição.

¹⁷ Ver mais em. PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista**, p.224-233, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1938.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Celebração das pazes entre portugueses e potiguares. In:_____. **Terra Natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p. 25-7.

MENEZES, Karla. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907. **Caderno de História**. Natal: Ed. UFRN, v. 3/ 4, n. 2/ 1, p. 41-57, jul. / dez. 1996; jan. / jun. 1997.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. 2.ed.rev. Natal: Cooperativa Cultural, 2002.

PAZ, Francisco Moraes. **Na poética da História: a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1996.

TAKEYA, Denise Monteiro. História do Rio Grande do Norte: questões metodológicas - historiografia e história regional. **Caderno de História**, Natal: Ed. UFRN, v.1, n.1, p. 8-11, jul./dez. 1994.